

cadernos *sempreviva*

FEMINISMO EM RESISTÊNCIA

crítica ao capitalismo neoliberal

organização

**Renata Moreno
e Helena Zelic**

textos de

**Cindy Wiesner,
Clarisse Paradis
e Nalu Faria**



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

CADERNOS SEMPREVIVA

Uma publicação da SOF - Semprevida Organização Feminista

Série Economia e Feminismo

1. Trabalho, Corpo e Vida das Mulheres: Crítica à Sociedade de Mercado (2007)
2. Cuidado, Trabalho e Autonomia das mulheres (2010)
3. Análises feministas: Outro olhar sobre a economia e a ecologia (2012)
4. Reflexões e práticas de transformação feminista (2015)
5. Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal (2019)

Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania

1. Gênero e Desigualdade (1997)
2. Gênero e Agricultura Familiar (1998)
3. Sexualidade e Gênero: Uma Abordagem Feminista (1998)
4. Gênero e Educação (1999)
5. O Trabalho das Mulheres: Tendências Contraditórias (1999)
6. Gênero nas Políticas Públicas: Impasses, Desafios e Perspectivas para a Ação Feminista (2000)
7. Economia Feminista (2002)
8. A Produção do Viver: Ensaio de Economia Feminista (2003)
9. Desafios do Livre Mercado para o Feminismo (2005)

Série Saúde e Direitos Reprodutivos

1. Saúde das Trabalhadoras (1998)
2. Mulheres, Corpo e Saúde (2000)

SOF Semprevida Organização Feminista

M843r Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal / Renata Moreno, Helena Zelic (org.). São Paulo: SOF, 2019. 80p. (Coleção Cadernos Semprevida. Série Economia e Feminismo, 5)

ISBN 978-85-86548-35-2

1. Feminismo 2. Movimentos sociais 3. Neoliberalismo
4. Democracia I.Título

CDU – 396

cadernos *sempreviva*

FEMINISMO EM RESISTÊNCIA

crítica ao capitalismo neoliberal

organização

**Renata Moreno
e Helena Zelic**

textos de

**Cindy Wiesner,
Clarisse Paradis
e Nalu Faria**



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

SOF Sempre Viva Organização Feminista

Diretoria

Marilane Oliveira Teixeira

Presidente

Sonia Maria dos Santos

Vice-presidente

Maria Luiza da Costa

1ª Tesoureira

Vera Lúcia Ubaldino Machado

2ª Tesoureira

Maria Elizabeth Reis Simão

1ª Secretária

Selma Aparecida Gomes

2ª Secretária

Conselho Fiscal

Anderson de Souza Campos

Cyra Malta Olegário da Costa

Táli Pires de Almeida

Fernanda Estima Gonçalves

suplente

Composição da Equipe

Equipe Técnica

Nalu Faria

Coordenadora Geral

Miriam Nobre

Sonia Maria Coelho

Maria Fernanda P. Marcelino

Renata Moreno

Sheyla Saori

Helena Zelic

Gláucia Marques

Equipe Administrativa

Laís Sales Costa

Gerente Administrativa

Andréia do Nascimento Pereira

Elaine Campos

Agda Cristiane Almeida Oliveira

Eleição na Assembleia Geral de associados(as) do dia 03/05/2019.

Mandato: de 03/05/2019 a 31/05/2021.

Rua Ministro Costa e Silva, 36
Pinheiros - CEP 05417-080

São Paulo SP - Brasil

Tel/fax: (011) 3819 3876

correio eletrônico: sof@sof.org.br

<http://www.sof.org.br>

Edição

Capa e Diagramação:

Baderna | Bianca Buteikis

Impressão

AR Fernandez Gráfica

Tiragem: 1.500 exemplares

Apoio

■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL



Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil.

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	7
Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal	
<i>Nalu Faria</i>	13
Os efeitos da agenda neoliberal no movimento de mulheres	14
Os anos 2000 e a retomada de uma agenda crítica: a construção da Marcha Mundial das Mulheres	17
O momento atual: ampliação a outro patamar e suas consequências	22
Um feminismo em disputa: entre cooptações e interdições	26
Um feminismo posicionado desde a luta das mulheres trabalhadoras	32
Construir o feminismo anticapitalista para derrotar o neoliberalismo	37
Neoliberalismo, conservadorismo e a liberdade das mulheres: notas sobre a questão da prostituição	
<i>Clarisse Goulart Paradis</i>	41
Uma perspectiva feminista e popular para entender o atual momento nos Estados Unidos	
<i>Cindy Wiesner</i>	48
Táticas e estratégias necessárias para o enfrentamento	53
O desafio de passar da mobilização para a organização	55
Poemas	
<i>Helena Zelic</i>	
Patrícia Arce	62
Política de Aniquilação	64

DESAFIOS FEMINISTAS FRENTE À OFENSIVA NEOLIBERAL

Nalu Faria

Nos últimos anos, o movimento feminista tem se destacado como uma das maiores expressões de mobilização em várias partes do mundo. Ele está presente tanto nas resistências às ofensivas da direita como na afirmação de uma agenda antipatriarcal que se expressa em temas como a luta pelo direito ao aborto, contra a violência e, cada vez com maior presença, a agenda do trabalho de cuidados. Esses temas se relacionam, por vezes, a uma visão de modelo de sociedade ou a pautas gerais que se colocam pelo acirramento da conjuntura.

Se olharmos para o que tem acontecido em nossa região das Américas, podemos recuperar a mobilização de milhares de mulheres em outubro de 2016, em adesão à paralisação de mulheres na Argentina, como protesto ao feminicídio de Lucía Pérez. Foram grandes manifestações em resposta à violência patriarcal, que opera como dimensão estruturante do atual modelo. Em janeiro de 2017, o mundo inteiro foi impactado pela força da mobilização da Marcha das Mulheres nos Estados Unidos, protestando contra a posse de Trump e seu projeto político de extrema-direita. Há, ainda, um amplo reconhecimento do protagonismo das mulheres na resistência ao golpe no Brasil e à agenda de retrocessos imposta desde então.

Essas mobilizações se seguiram com o que ficou conhecido como “Maré Verde” pela legalização do aborto na Argentina, em 2018, e com a grande mobilização estudantil feminista no Chile no mesmo ano. É interessante ressaltar que essa forte organização e mobilização das mulheres se estende para processos muito mais

amplios de resistência nos territórios sob ataque das empresas transnacionais, na luta permanente pela subsistência nas cidades e no campo. A Marcha das Margaridas realizada no Brasil a cada quatro anos é um importante exemplo, assim como a Jornada de Luta das Mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), durante o dia 08 de março, e a Marcha das Mulheres Negras. São processos de auto organização das mulheres, nos quais os modelos patriarcais são desafiados.

Nesse artigo¹, irei apresentar uma visão panorâmica das respostas do feminismo aos ataques do neoliberalismo desde os anos 90, e trazer algumas contribuições para a reflexão coletiva sobre os próximos caminhos necessários, os desafios e armadilhas que os tempos atuais nos impõem na região.

Os efeitos da agenda neoliberal no movimento de mulheres

A radicalidade havia sido uma marca do ascenso do feminismo nos anos 60 e 70. Essa radicalidade se expressava em seus questionamentos, que implicaram em um forte processo de politização de vários temas antes considerados como da esfera privada, referentes ao corpo, sexualidade e violência. Também foi um momento em que se consolidou a crítica feminista ao debate econômico sobre o trabalho e se fez a denúncia da exclusão das mulheres nos espaços de poder, inclusive nos movimentos sociais e organizações de esquerda. Nesse período de crescimento do movimento feminista, também há que se destacar a irreverência e criatividade nas formas de manifestação e mobilização. As primeiras referências desse período remetem à Europa e aos Estados Unidos, mas tal efervescência esteve presente com força também na América Latina, muito conectada às lutas pelo aprofundamento das democracias ou contra as ditaduras; e,

¹ Agradeço a Helena Zelic pelas contribuições na elaboração deste texto.

em todas as partes, teve uma relação entranhada com as agendas de trabalhadoras e trabalhadores.

Já no final dos anos 70, emergiu uma onda conservadora, impulsionada por setores de extrema-direita. O que se seguiu foi uma reação intensa do capitalismo contra os movimentos sociais, incluindo o feminista. Esta reação impôs o neoliberalismo como modelo e estratégia de maior acumulação e controle. Essas políticas neoliberais foram e são marcadas pela privatização, pela austeridade, pela desigualdade do livre comércio, que atualiza as formas do imperialismo, e pelo Estado mínimo. Combinada ao neoliberalismo, essa ofensiva conservadora se empenhou em atacar o feminismo a partir de uma agenda moral de costumes, cujos efeitos se espriam para as políticas, a exploração do trabalho e a domesticação da atuação política. O livro “Backlash” de Susan Faludi (1991) se tornou uma referência de análise desse processo, investigando os ataques da chamada Nova Direita, vinculada a setores religiosos e da elite econômica, contra as conquistas feministas nos Estados Unidos. Ela caracteriza, no que chama de “guerra não declarada contra as mulheres”, as ferramentas usadas para o “refluxo antifeminista”, destacando o incentivo ao casamento, à maternidade e à submissão através do manejo de dados estatísticos, da produção de entretenimento e da política institucional.

Somou-se a esse processo geral o impacto de algumas rupturas do século XX, como a queda do Muro de Berlim e o fim da União Soviética. Na maioria dos movimentos sociais, diante de tantas mudanças, o resultado foi a ausência de um posicionamento crítico amplo diante das políticas neoliberais de ajuste. Esta situação de recuo e desmobilização, ao mesmo tempo em que foi gerada pela imposição violenta do neoliberalismo – seja na repressão e nos ataques ideológicos, seja na piora radical das condições de vida da população –, também deixou espaços abertos para que este modelo se alastrasse, não apenas economicamente, mas também enraizando-se nas consciências.

Nos anos 90, diante do avanço da pobreza e da desigualdade entre os países, se iniciou, no campo das agências multilaterais que haviam sido parte do sistema Bretton Woods², um debate sobre as falhas do modelo neoliberal, para as quais se indicava a necessidade de políticas compensatórias. Nesse cenário, a ONU se colocou como a organizadora de uma agenda para reparar esses “efeitos não desejados”, propondo um ciclo de conferências que se iniciou com a Eco-92, chegando até o HABITAT³, programa para assentamentos humanos, que teve início em 1997.

Foi uma marca desse processo envolver ONGs e movimentos sociais como forma de legitimação. Tal vinculação compôs um processo de cooptação, através do envolvimento das organizações sociais na implementação das agendas definidas nos espaços da ONU, o que envolvia, inclusive, promessas de acesso a recursos. No movimento de mulheres, o resultado foi a intensa institucionalização, que submeteu diretamente a agenda do movimento à agenda de conferências da ONU e de seu monitoramento.

Junto a isso, houve também um deslocamento da perspectiva mais geral de transformação, até mesmo no plano ideológico, para um debate limitado apenas ao campo da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas. Naquele momento, a palavra de ordem era ser “propositivo”, trabalhar em parceria com os governos e organismos multilaterais. O horizonte se fechou para o estabelecimento de políticas públicas, sem trazer consigo um questionamento sobre os limites dados pelo modelo de Estado vigente.

² O sistema Bretton Woods agregou os acordos que definem as relações comerciais e financeiras entre países industrializados no período de 1944 a 1971.

³ A Eco-92 foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro com a presença de chefes de Estado. Foi a primeira conferência da ONU sobre meio ambiente em vinte anos. Depois dela, foram parte desse ciclo de conferências: a Conferência de Direitos Humanos, em Viena, em 1993; a Conferência de População, no Cairo, em 1994; a Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim, em 1995.

Como resultado dessa política, e influenciado por este quadro geral de desmobilização da esquerda, o movimento de mulheres sofreu uma despolitização e perda da radicalidade. O fato é que, enquanto um setor do movimento de mulheres se limitava ao discurso de políticas públicas – mesmo dentro do Estado mínimo – e ao investimento na construção de plataformas e convenções internacionais, o mercado organizava a vida da maioria das mulheres, mantendo – e também criando novas – formas de superexploração do trabalho; sobrecarregando-as com o cuidado e sobrevivência das pessoas; investindo de forma agressiva na identificação das mulheres como um objeto ou um corpo disponível; retomando modas e tendências conservadoras para influenciar e impor às mulheres padrões de imagem e comportamento⁴.

Os anos 2000 e a retomada de uma agenda crítica: a construção da Marcha Mundial das Mulheres

Foi na resistência ao neoliberalismo que se deu uma recomposição de campos do movimento feminista, rompendo com a hegemonia do processo de institucionalização e perda de radicalidade dos anos 90. No final do milênio, as mulheres começaram a se posicionar com mais força no debate econômico e impulsionaram, no começo dos anos 2000, uma luta articulada contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Essa luta se baseou na auto-organização, na retomada da mobilização das ruas, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com os movimentos sociais.

Nesse momento, no final dos anos 90, já estava visível o surgimento de uma nova dinâmica que rompia com a agenda anterior.

⁴ Para um debate mais amplo sobre esse período, ver “O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo”, publicado no Caderno Sempreviva “Desafios do livre mercado para o feminismo” (2005).

O que ocorreu foi o surgimento de outras formas organizativas, das quais se pode destacar a REMTE (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia), a Marcha Mundial das Mulheres, a organização das mulheres camponesas na Via Campesina. A proposta de construção da Marcha Mundial das Mulheres aconteceu em Quebec, em 1995, no bojo dessas movimentações, vinculada justamente à resistência à assinatura do NAFTA (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio) e à análise de que, frente à globalização neoliberal, era necessária uma resposta mundial. O lançamento da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, já se deu em um processo de radicalização das lutas contra o livre comércio, tendo, inclusive, como um dos marcos para a organização, as intensas manifestações em Seattle (EUA) contra o Encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC).

A construção da Marcha Mundial das Mulheres significou a retomada do debate sobre o corpo, de forma relacionada à crítica aos instrumentos do neoliberalismo, como é a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. O movimento atuou para garantir, no espectro organizativo, a composição com forte presença de mulheres negras, camponesas e jovens, além das mulheres de bairros e sindicalistas, e propôs mudanças nas formas de organização, priorizando ações diretas, ocupação dos espaços públicos e retomada de formas coletivas de construção dos instrumentos de mobilização.

Na agenda inicial da MMM já se anunciava a centralidade do tema do cuidado, não só em relação às crianças, mas também a idosas/os. O cuidado é algo permanente em nossas vidas, e o que nos torna interdependentes. Nesse sentido, pensar no cuidado faz parte da construção de um novo paradigma de sustentabilidade da vida humana, centrado no bem-estar, e que exige um equilíbrio na distribuição dessa tarefa. Já no início dos anos 2000, a MMM analisava que, a uma economia de mercado, corresponde uma sociedade de mercado, com destaque para a expansão da mercantilização

em todas as dimensões da vida humana. Nesse percurso, o corpo das mulheres é fragmentado e cercado com a medicalização ou a imposição de padrões e com a indústria da beleza.

Em sua trajetória, a MMM mostrou que sua força está em construir, desde o cotidiano e a partir da realidade das mulheres, uma ação local conectada à articulação mundial, em que a solidariedade é um eixo estruturante. Essa experiência se consolidou como uma força mundial, atualizando o feminismo como um projeto de igualdade nos marcos da construção de uma sociedade de mulheres e homens livres e iguais, sem discriminação de raça/etnia e com um livre exercício da sexualidade. Por sua visão estrutural, fortaleceu a legitimidade da agenda feminista nos movimentos sociais mistos, como resultado de uma política de alianças. A partir desse processo, abriu caminhos para mudanças concretas na agenda e na forma de organização geral, com mais espaço para a participação ativa das mulheres militantes.

Desde o início, a Marcha colocou o desafio de contribuir para que a luta feminista não se fragmente nas identidades. Essa fragmentação, em alguns casos, chega a questionar a construção do movimento de mulheres como sujeito político. Evidentemente, a luta pelo respeito à diversidade, que se visibiliza pela expressão das identidades, é um elemento fundamental. No entanto, essa dimensão não pode negar a concretude das relações sociais e a base material que organiza a sociedade. Não pode negar que o sobretrabalho das mulheres, especialmente das mulheres negras, continua sustentando o mundo – e, concretamente, seus corpos continuam sendo violentados todos os dias.

As várias batalhas e vitórias feministas não se encerraram, porque o patriarcado continua, e, em sua intersecção com o capitalismo, o racismo e o colonialismo, redefine padrões de controle do trabalho, do corpo e da sexualidade das mulheres. Ao mesmo tempo, coopta e ressignifica parte do discurso construído pelo feminismo, o que

traz mais desafios.

Em 2013, na preparação de seu 9º Encontro Internacional, a Marcha Mundial das Mulheres já colocava que o sistema estava operando com uma receita muito conhecida de um grande ajuste na relação capital-trabalho (SOF, 2015). Para isso, a nível mundial, cortava gastos públicos para a prestação de serviços à população e impunha um grau de precariedade antes restrito aos países do Sul ou a setores da população (mulheres, migrantes, população negra) como a norma para todos e todas. Naquele momento, o movimento já analisava que havia um aumento do conservadorismo, com a valorização do papel das mulheres na família para justificar seu sobretrabalho e sua responsabilidade frente ao recorte de políticas públicas de apoio à reprodução.

Olhar como a construção da MMM se deu no Brasil é algo bastante ilustrativo: a partir dela, como movimento feminista aglutinador, foi possível uma mudança na agenda política, expressa fundamentalmente pelo seu caráter antissistêmico e pela busca por atuar a partir da perspectiva analítica da coextensividade entre capitalismo, racismo e patriarcado, incorporando as dimensões da juventude, do campo e da ecologia. Do ponto de vista concreto, essa visão significou disputar, a partir do feminismo, os rumos da economia.

Por fim, a Marcha significou a construção de uma organização e mobilização permanente, com a realização de grandes mobilizações, como as ações internacionais (que acontecem de cinco em cinco anos desde a sua fundação), mas também de processos como a Campanha pela Valorização do Salário Mínimo, a Marcha das Margaridas, a Ofensiva contra a Mercantilização. Com a Campanha, aprofundamos o debate feminista sobre a economia no contexto brasileiro e evidenciamos os impactos da divisão sexual do trabalho a partir da realidade do salário mínimo. A Marcha das Margaridas foi um instrumento de diversas conquistas para as mulheres do

campo. Hoje, diante de um governo com o qual não se negocia, sua mobilização cumpre um papel importante de resistência popular e visibilização de alternativas. A Ofensiva contra a Mercantilização contribuiu para a politização dos debates sobre corpo e sexualidade, e fortaleceu a organização da juventude. Em todas essas ações, foi possível demonstrar a aposta pela construção de outro modelo de sociedade a partir de um feminismo amplo, construído pela diversidade das mulheres.

A luta contra o neoliberalismo, conectada ao anti-imperialismo, se alavancou em agendas concretas no início dos anos 2000, com experiências de unidade que impulsionaram, ao mesmo tempo, o feminismo e a esquerda em geral. É um exemplo o caso da luta vitoriosa contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Proposta a partir dos Estados Unidos, a ALCA pretendia eliminar impostos de importação nas Américas, abrindo espaço para o domínio das empresas norte-americanas no continente e para o aprofundamento da exploração de bens comuns e do trabalho precário nos países do sul político. Toda a luta contra a ALCA significou muito na construção de uma força comum, auto-organizada, articulada desde o âmbito local, passando pelo regional e internacional. Foi um marco na recomposição de um campo feminista e anticapitalista naquele momento, e deu base para a agenda que foi implementada na região pelos chamados governos progressistas.

Além desta experiência de mobilização, a dinâmica da recomposição dos movimentos e da formulação de novas práticas de organização, somada à estratégia de construção de alianças, teve espaço na participação das várias edições do Fórum Social Mundial. O Fórum, construído por organizações de várias partes do mundo, teve sua primeira edição em 2001, em Porto Alegre, onde também ocorreu em 2002, 2003 e 2005.

A participação da Marcha Mundial das Mulheres nesse espaço permitiu o fortalecimento de um campo de alianças, tanto com

as organizações feministas quanto com os movimentos sociais mistos. Mas também trouxe um aprendizado fundamental: o de se envolver no FSM para a construção de força política conjunta para os movimentos, e não com o intuito de forçar agendas perante organizações e o poder público. Esta última é uma estratégia tradicional entre setores antes hegemônicos no feminismo, vinculados à institucionalização. Ao mesmo tempo, esta participação dos setores institucionalizados, que investiram em proposição de atividades e na construção dos Fóruns, nos permite avaliar que a aglutinação e radicalidade dos espaços de organização da esquerda e mobilização contra o neoliberalismo provocaram uma mudança de dinâmica até naqueles que ocupavam posição hegemônica.

O momento atual: ampliação a outro patamar e suas consequências

É inegável que hoje há uma ampliação do feminismo em vários setores. Essa se tornou uma agenda geral da sociedade e não apenas dos movimentos feministas organizados. Há uma multiplicidade de pautas e setores, mas também há sentidos comuns e convergentes, como: o reconhecimento da dimensão patriarcal e racista do capitalismo; a necessidade de enfrentar os traços androcêntricos do atual modelo; a importância de defender a diversidade e dissidência sexual; a necessidade de afirmar outros valores e formas mais democráticas e horizontais de exercer o poder; o reconhecimento da agenda do cuidado; e a necessidade de auto-organização das mulheres.

Essa ampliação do feminismo tem acompanhado, durante os últimos 15 anos, uma efervescência na proposição de alternativas. Temos analisado bastante a retomada do crescimento do feminismo na América Latina e Caribe, seus vínculos com a luta contra o neoliberalismo e, então, o papel dos governos progressistas, que, em maior ou menor grau, contribuíram para a integração regional e a

formulação de um programa que alterou, por algum tempo, a dinâmica de vida das mulheres e seu grau de exploração e desamparo.

Ao mesmo tempo, em 2008, explodiu a maior crise capitalista desde 1929, tendo como foco inicial os Estados Unidos e se espalhando rapidamente para a Europa. Em 2011, houve um grande processo de mobilização: foi o período da Primavera Árabe, do 15M na Espanha, do *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos. Foram mobilizações intensas, inovadoras, marcadas pela participação ampla da juventude. Ao mesmo tempo, há que se registrar que, em vários desses processos, confluíram diferentes gerações, e a existência de movimentos consolidados anteriormente deu condições para a organização sistemática dessas novas ações.

A participação das mulheres foi, durante todo esse processo, noticiada como um fato permanente. Dessa experiência, pode-se recuperar processos de construção coletiva que posicionaram o feminismo como um dos elementos centrais da luta. Como resultado, hoje se fala em um feminismo intergeracional. Na agenda política, estão muito presentes os temas da violência como estruturante, dos bens comuns – como ampliação do debate sobre economia feminista e dos cuidados – e demais temas vinculados a uma crítica global ao modelo capitalista.

Nesse mesmo período, vimos o crescimento do discurso feminista nos meios de comunicação, encontrando porta-vozes em artistas de Hollywood, cantoras da grande indústria fonográfica e no marketing das empresas. No entanto, esse processo é mais amplo do que alcança nossa percepção localizada. A Marcha das Vadias, em 2011, parece ter sido o primeiro momento em que ficou evidente a emergência de um novo formato de mobilização feminista. Ocorre a partir de chamados descentralizados, com pouca preocupação em criar processos organizativos de coordenação e de aliança com os processos existentes. No Brasil, mas também em outros países, houve tentativas de manter uma organização permanente, mas seu

método e ação, na verdade, acabavam significando fragmentação nos movimentos.

O impulso à mobilização esteve presente nas assembleias feministas no 15M, na participação feminina no *Occupy Wall Street* e na primavera Árabe. Em alguns desse processos, a auto-organização das mulheres se deu a partir da associação entre novas e antigas militantes do movimento feminista, o que gerou processos de continuidade. Um fato com impacto internacional foi o reconhecimento das feministas curdas, cujo processo organizativo foi altamente inspirador.

No final de 2015, manifestações feministas aconteceram no Brasil contra um projeto de lei de Eduardo Cunha que ampliaria a criminalização do aborto, retrocedendo nas permissões já existentes do aborto legal. As manifestações eram majoritariamente formadas por jovens, e foram noticiadas nos principais meios de comunicação hegemônicos com a alcunha de “primavera feminista”.

2015 foi também o ano da primeira manifestação “*Ni una menos*” em Buenos Aires. A movimentação foi amplamente reconhecida, inclusive com a presença de Cristina Kirchner, e continuou nos anos seguintes. O interessante é observar, por exemplo, o impacto que teve nos Encontros Nacionais de Mulheres argentinos, que ocorrem há mais de 30 anos, e que tiveram seu auge na cidade de Rosário em 2016, com a presença de 70 mil mulheres. Logo depois, ainda em outubro, elas organizaram a primeira “Greve de Mulheres”, em denúncia ao feminicídio da jovem Lucía Pérez. Nesse dia, em vários países, houve manifestações de solidariedade com as argentinas.

Esse processo deu base para que agrupações argentinas passassem a chamar uma Greve de Mulheres no 8 de março do ano seguinte. Esta mobilização se somou à iniciativa das polonesas, que também haviam chamado uma greve contra a ameaça de proibição total do aborto no país, formando assim o chamado à Greve

Internacional de Mulheres, organizada em vários países, inclusive latino-americanos. Embora não conheçamos sua extensão ou seu tamanho, fala-se na participação de 55 a 60 países, incluindo o Brasil.

Logo depois, em novembro de 2016, em Madrid, houve uma grande manifestação das mulheres contra a violência e, no início de 2017, a Marcha das Mulheres nos Estados Unidos, um dia após a posse de Trump, também acompanhada de ações em vários países em solidariedade às estadunidenses.

Foi nesse contexto o chamado para a Greve de mulheres em 2017, com duas convocatórias: a das argentinas e a das polonesas, muito reforçadas pelo artigo assinado por Angela Davis, Nancy Fraser, Cinzia Arruzza e outras⁵. Em 2018 e 2019, o chamado se repetiu. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, a tendência para chamados de mobilização para o “8M”, e não mais para o “8 de março, Dia Internacional de Luta das Mulheres”, abre espaço para um esvaziamento, uma banalização anônima do feminismo, e dificulta a participação e organização popular nas mobilizações.

É preciso abrir uma discussão sobre o significado desse processo. Ao mesmo tempo em que traz diversos ganhos no feminismo, tanto em uma maior participação política das mulheres nas lutas quanto na visibilidade de algumas pautas, esse processo coloca um desafio: alcançar mais mulheres rumo a uma prática feminista anticapitalista e antirracista permanente, capaz de se organizar para além das datas de grandes mobilizações, e de estabelecer relação entre novos coletivos e movimentos já existentes, cujos acúmulos e experiências não podem ser negados.

Uma questão importante de ser evidenciada é o fato de que a luta contra a violência patriarcal aparece como questão central,

⁵ Manifesto “Por uma greve internacional militante no 8 de março”, por Angela Davis, Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahatta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh.
Disponível em: bit.ly/2PKeuW0

que envolve muitos dos processos mencionados. À primeira vista, poderia parecer uma reedição de uma agenda anterior. No entanto, houve uma politização na forma como se enfrenta a violência, marcando seu papel estruturante do modelo de dominação em nossa região. Essa politização se deu, inclusive, na prática: as limitações das ferramentas de denúncia, conquistadas pela luta das mulheres, evidenciaram que o enfrentamento à violência não dá conta de erradicá-la apenas através da punição e da formulação legal⁶. Há uma conexão profunda entre as dimensões patriarcais, racistas, capitalistas e coloniais da violência, que colocam a necessidade de que esse enfrentamento seja parte de uma luta antissistêmica, e que seja responsável pela avaliação sobre a forma e o alcance da punição.

Não é uma coincidência que a pauta antipunitivista esteja tendo destaque em um momento no qual as cadeias, além de superlotadas, vêm sofrendo também com uma intensificação da desumanização advinda da terceirização - mais um sintoma do neoliberalismo. As dimensões de raça e classe são parte fundante dessa questão, pois o mesmo sistema que não oferece auxílio e proteção para as mulheres vítimas de violência é responsável por prender massivamente a população negra e pobre por crimes que derivam diretamente da contundente desigualdade social, em uma gritante diferença entre quem está sendo punido e quem não está.

Um feminismo em disputa: entre cooptações e interdições

Na mesma medida em que a ressonância do campo feminista cresce, também crescem as disputas sobre seus rumos, suas plataformas, suas formas de luta e seu projeto político. Parte fundamental

⁶ Outro exemplo foi a experiência relatada por mulheres que expuseram histórias de violência durante a campanha #MeToo, nos Estados Unidos, e se angustiaram diante do fato de que os relatos públicos, apesar de visibilizar a questão, não foram suficientes para alterar sua situação.

dessas disputas também está vinculada ao contexto político mais geral, como a influência das forças conservadoras e fascistas e também do projeto neoliberal. Vivemos um momento complexo e ainda não é possível ter uma caracterização nítida. Há um processo de disputa, onde mesmo o campo da direita se confronta com propostas sobre os sentidos da recomposição frente à crise global do capitalismo. Particularmente na América Latina e Caribe, hoje enfrentamos uma reação conservadora aos processos de mudança impulsionados na região por mais de uma década. A agenda conservadora, que hoje é aliada da contra-ofensiva neoliberal, se iniciou, inclusive, com ataques à agenda feminista.

O combate à chamada “ideologia de gênero”, apesar de parecer um confronto local, apenas com ataques mais territorializados (como a professoras de escolas públicas que trabalham a educação a partir do pensamento crítico), na verdade se repete em vários países com discursos de ódio idênticos para tentar impor retrocessos através da moral e de uma suposta despolitização. Setores conservadores e alguns setores religiosos estão organizados em ampla escala, mas também encontram a resistência sólida de movimentos sociais.

A emergência do neoliberalismo e o crescimento desproporcional da força do mercado sobre nossas vidas e territórios significou uma plataforma de disputas de valores muito intensa. Ora atreladas ao discurso conservador, ora se contrapondo a ele, as forças neoliberais trataram de entrar na disputa sobre os rumos do feminismo, especialmente transformando as reivindicações antissistêmicas em formas de comportamento harmonizadas com o mercado, no sentido de forjar os sujeitos necessários para organização da produção e da subjetividade segundo os parâmetros liberais.

O individualismo é uma das marcas do neoliberalismo, pois garante o modelo de concorrência necessário para as regulações do mercado, baseado em lucro e desigualdade. E esse individualismo vai sendo absorvido não apenas no contexto restrito do trabalho e

da profissionalização, mas também na consciência social generalizada, inserindo-se em outros aspectos da vida. Talvez essa seja uma pista para entender porque cresce, hoje, uma visão de feminismo na qual as mudanças de vida dependem apenas de “escolhas pessoais”, fazendo uso de discursos sobre empoderamento individual das mulheres. Esses discursos buscam construir a ideia de que o feminismo é uma forma de comportamento moderno, harmonizado com a ideia de sujeitos com uma autonomia superdimensionada, descolada do contexto social que nos cerca e sem contradição com a lógica de mercado. Em resposta, retomo um lema circular da Marcha Mundial das Mulheres formulado ainda em 2005, que diz: “mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”, que sintetiza a necessidade de o feminismo ter uma visão estrutural.

Mas o que aparece em alguns discursos é o oposto: com a amplitude conquistada pelo feminismo – que vai além das nossas organizações populares e, mais que isso, das organizações de movimento –, discursos pretensamente feministas passam a aparecer na imprensa, no mundo artístico e cultural, alterando não só a agenda política, mas também a concepção de organização. Mulheres “bem-sucedidas” profissionalmente, dentro dos padrões estéticos, brancas, ricas e com algum nível de transgressão sobre suas próprias vidas se tornam exemplos – as da vida real e as representações vindas de séries estadunidenses. Na grande imprensa, circulam previsões como “daqui a vinte anos, as mulheres estarão no comando”. O feminismo não pode ser compreendido como uma ferramenta residual de uma classe alta que conseguiu acumular mais. A representatividade reduzida à visibilidade de mulheres que operam as desigualdades não responde às necessidades do feminismo e da maioria das mulheres.

Nesse contexto, são frequentes as investidas de incorporação do feminismo pelas empresas e demais setores do capitalismo,

partindo da ideia de que o feminismo, por ser uma coisa de todas, pode ser moldado de acordo com interesses próprios. É preciso ter olhos atentos para as máscaras e táticas de um neoliberalismo que se maquia de “progressista” ou mesmo de feminista, enquanto apoia cortes de direitos e lucra com a exploração e a financeirização. A chamada “maquiagem lilás” é uma estratégia das empresas de mascarar seu modelo de exploração (que é fundamental para sua acumulação) através de discursos voltados para mulheres e ações de “responsabilidade social corporativa”, com suposto impacto social. Essas dinâmicas e agentes precisam ser observados. Ao não se identificar as/os agentes destas tendências, fica a impressão de que não se está disputando um projeto político geral, mas apenas circulando ideias para permear o conjunto da sociedade. Mas, ao fim e ao cabo, o que se reforça é um projeto de poder reformista e liberal, em que um setor de elite é incorporado. Ao incorporar o feminismo, essas empresas e “mulheres bem-sucedidas” colocam a sua versão do que é ser feminista, o que se torna, diretamente, um desafio para nós. Nesse sentido, o já mencionado papel da ONU é um dos que se destacam.

Esses elementos são ainda mais complexificados quando encontram novas dinâmicas de sociabilidade decorrentes das redes sociais. O uso dessas plataformas, altamente controladas pelo centro de poder do capitalismo, tem impactado especialmente as formas de fazer política e a capacidade de diálogo do campo progressista. Se, por um lado, a tecnologia possibilitou nova escala na comunicação e novas oportunidades das discussões públicas, por outro lado, tem prejudicado alguns dos requisitos básicos da luta política: tem contribuído para enfraquecer as leituras construídas a partir do debate amplo e da síntese coletiva em prol de leituras formadas no âmbito individual, sem respaldo de espaços coletivos de representação.

Esse fato contribui para esvaziar os espaços coletivos e, portanto, esvaziar o próprio sentido da ideia de representação política. Sua

finalidade deixa de estar na defesa de pautas acordadas amplamente para, então, se fixar na construção das identidades individuais. Essa discussão da identidade traz consigo uma fragmentação estranha: através da observação do plural, do diverso, posiciona as pessoas em um lugar de muita homogeneidade, em que a aproximação só se dá entre iguais. Não se pode negar que haja hierarquias entre as mulheres, que devem ser visibilizadas para ser superadas, mas também se coloca a pergunta: como reconstituir a unidade? A diversidade de identidades é fundamental para uma vida política democrática. Contudo, atrelada a ela, é necessária uma política que retome os espaços coletivos de decisão e representação. Precisamos nos perguntar não apenas quem fala por quem, mas como construímos processos que legitimam pessoas para representar nossos acordos, no sentido da política do comum.

Também como consequência do momento em que nos encontramos, o debate político é muito interdito, tanto no feminismo quanto nos espaços gerais dos movimentos. Além de personalista, se divide em duas fórmulas: ou homogeniza as posições de todos os envolvidos ou segue uma lógica em que todo mundo está junto contra alguém; em ambos os casos, perde-se o que importa, a discussão política. Esta é uma tendência que temos visto no feminismo, mas também em outros espaços, porque é parte da forma como se organiza a sociedade. Todo processo de transformação e de luta deve ter escuta, discussão ampla de ideias, que é o caminho para construir as sínteses necessárias.

As disputas que impactam a construção do feminismo também perpassam o âmbito das universidades. A última década assistiu a uma entrada massiva de jovens nas universidades brasileiras, com destaque para a população negra. O processo de luta para que a universidade tenha uma lógica mais compatível com a realidade de vida da classe trabalhadora tem formulado novas perspectivas a partir do acesso de novos sujeitos.

Diante dessas mudanças no perfil da universidade e diante do contexto atual do feminismo, as disputas do campo necessariamente passam por esses espaços, com alguns desdobramentos: por um lado, o espaço da universidade contribui para que as pessoas sejam munidas de reflexões que podem levar a acúmulos para a prática política e a construção de saberes antes deixados de lado; por outro lado, mesmo essa mudança no acesso não foi suficiente para garantir uma mudança estrutural na lógica da academia e romper a desconexão que existe entre a linguagem acadêmica e a prática cotidiana da vida das mulheres. Na verdade, muitas teorias forjadas a partir da academia têm se sobreposto à experiência de organização das mulheres nos movimentos e partidos. Além disso, a relação com a universidade tem se tornado cada vez mais fundamental para a legitimação de lideranças, mesmo nos casos em que não há conexão com as práticas coletivas. Esses fatores dificultam a produção de sínteses e tornam a capacidade de incidência política ainda mais desigual.

Esse quadro também perpassa a disputa de leituras sobre a tradição do feminismo, isto é, a compreensão de como chegamos até aqui e quais foram as bases para a luta política. Isso tem significado um apagamento das contribuições vindas de um feminismo vinculado aos movimentos sociais e à organização das trabalhadoras. Mesmo que, a partir dos anos 2000, a crítica ao neoliberalismo tenha voltado a acentuar-se nos movimentos sociais de esquerda, rompendo com o imobilismo acrítico de certos setores na década de 90, a imaginação de outro mundo necessário não esteve amplamente atrelada ao socialismo como projeto central para a construção coletiva de alternativas.

Isso porque o discurso hegemônico e de alguns setores da esquerda continuaram a fixar o socialismo no campo do “dogmatismo” de um marxismo ortodoxo. A dificuldade de repensar o marxismo permeou as tentativas de organizar leituras socialistas renovadas

para a construção das democracias atuais. Essa limitação também explica o porquê de as raízes históricas da relação entre feminismo e socialismo sofrerem continuadas tentativas de apagamento. Um exemplo reside nas confusões cristalizadas sobre a origem do 8 de março, que distanciam a data de sua ligação com a luta das mulheres na Revolução Russa⁷.

Dadas essas dificuldades e as intensas disputas com os discursos neoliberais, há uma séria dificuldade de imaginar a superação da opressão e exploração das mulheres a partir de mudanças radicais no sistema capitalista. Isso porque, se a luta feminista for compreendida apenas como uma mudança de comportamento pessoal, que busca harmonizar algumas demandas de alguma igualdade de gênero com os valores e estruturas do mercado, uma transformação estrutural não se faria necessária.

Um feminismo posicionado desde a luta das mulheres trabalhadoras⁸

Através da luta feminista, percebemos que um dos problemas, portanto, é a dificuldade de criar uma relação com a luta concreta por transformações estruturais. No momento atual, aparentemente existe um feminismo antissistêmico, anticapitalista, super crítico, mas o debate anticapitalista é, em grande parte, uma retórica, uma abstração. Além das grandes mobilizações, é necessária uma organização permanente em torno de uma luta anticapitalista, que reflita a radicalidade do discurso na radicalidade de ação política.

Vemos que há uma tendência, por parte desse feminismo difuso, na qual tudo se torna prática discursiva e o que se ressalta

⁷ GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. As origens e a comemoração do Dia Internacional das Mulheres. Expressão Popular, SOF, 2010.

⁸ Agradeço a Clarisse Goulart Paradis por suas contribuições neste texto.

é a busca por mudanças das relações interpessoais e, no máximo, no plano abstrato das convicções. Na prática, isso significa que a atuação de certos setores do feminismo hoje se limita às esferas das liberdades individuais e da igualdade de oportunidades e representação. Por isso, a pergunta que sempre devemos colocar: quantas pessoas queremos envolver em nossa luta por transformação?

Não se pode minimizar a extensão e expressividade das denúncias sobre assédio, violência sexual, abusos, desqualificação e misoginia em geral. No entanto, é um diagnóstico importante perceber que o que vem se tornando público é, em sua maioria, vinculado aos setores médios. São exemplo disso os relatos presentes na exposição “O céu ainda é azul, você sabe...”, da artista Yoko Ono, as iniciativas virtuais #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto, #MeToo, e tudo o que se seguiu.

As perguntas de Johanna Brenner, socióloga norte-americana, são exemplares para discutir os desafios que temos no movimento hoje. Ela coloca:

“O feminismo e outros movimentos contra a opressão precisam ser movimentos inter-classes, então eles também precisam se questionar sobre ‘quem terá hegemonia dentro desses movimentos?’ Quais visões de mundo determinarão o que o movimento vai exigir? Como essas demandas serão articuladas e justificadas? Como o movimento em si está organizado?” (BRENNER, 2019, s/p)

Há um problema quando os debates que dizem respeito a toda a sociedade ocorrem sob uma perspectiva reduzida: eles são pautados a partir de uma perspectiva que não dá conta da sociedade como um todo, com suas diferenças e necessidades, e pode, inclusive, prejudicar as dinâmicas de vida da população mais vulnerável.

Um exemplo é o exposto por Veronica Gago e Natalia Quiroga

em artigo sobre feminismo e a relação com as cidades (2017). Segundo elas, a visão política predominante no feminismo a partir do debate sobre a violência construiu um conceito de cidade insegura para as mulheres. É a ideia de que o perigo ronda todo lugar, e que, quanto mais pobre o bairro, mais violento ele é. Esta ideia acabando servindo, por exemplo, para justificar políticas de segurança elaboradas por setores da direita, que, baseadas no racismo e no elitismo, são verdadeiras políticas de extermínio. O feminismo é rechaçado pela direita, ao mesmo tempo em que as mulheres são usadas por esses mesmos representantes como motivação de suas políticas. Um caso extremo: em 2015, ao mesmo tempo em que as mulheres dos movimentos sociais participavam ativamente da campanha contra a redução da maioridade penal, parlamentares de direita votaram a favor “pela segurança das mulheres”, “contra a impunidade de estupradores mirins”, fazendo uso de uma retórica muito violenta e que nada tem a ver com as práticas de um feminismo de esquerda, posicionado junto à classe trabalhadora. Esses casos emblemáticos, não apenas de usurpação pela direita, mas mesmo de perspectivas elitistas dentro do movimento, escancaram a necessidade de o feminismo estar em conexão intrínseca com a perspectiva de classe e raça. Se é verdade que vivemos um crescimento do feminismo, é verdade também que ele é paradoxal: ao estabelecer estratégias para dialogar com mais mulheres, não necessariamente dialoga com (e a partir da) realidade das mulheres trabalhadoras mais empobrecidas, com vidas mais precarizadas.

Desde os territórios e setores populares, há um desejo de mudança pelas mulheres, que não estão satisfeitas com as imposições do patriarcado sobre suas vidas. Parece haver, porém, uma visão mais coletiva sobre suas comunidades e sua classe, o que difere de uma ideia de autonomia que tenha seu ápice em um rompimento com os homens.

Nessa formulação corrente de rompimento, o que demarca

que uma pessoa é feminista é sua crítica ao patriarcado – crítica que, em geral, está conectada a um enfrentamento direto aos homens, suas práticas, seus discursos. Muitas vezes, a visão de como o patriarcado explora o trabalho e precariza a vida das mulheres acaba sendo compreendida como uma questão puramente de classe, que não concerne ao feminismo. A demarcação do feminismo se voltaria para a denúncia de discursos e práticas tidas como “puramente machistas”. Nessa linha, gênero, raça e classe seriam campos separados, no pensamento e na prática, e não dimensões imbricadas de um mesmo problema. É preciso refletir sobre como garantir um ganho de consciência feminista que não esteja diretamente atrelado a uma ruptura das mulheres com os espaços mistos onde estavam envolvidas – sindicato, partido, família etc. Esta lógica pode impedir que muitas mulheres, por terem grandes responsabilidades em suas comunidades, se engajem no feminismo reconhecido como tal, apesar de sua já mencionada insatisfação com o patriarcado e sua identificação e atuação em diversas pautas.

A autonomia pessoal, o questionamento da família como o único lugar das mulheres, a visão das mulheres como sujeito político, todos esses elementos são fundantes do feminismo e de sua prática através das décadas. Se expressam nas experiências de enfrentamento, reivindicação e construção de alternativas coletivas das mulheres trabalhadoras em suas lutas cotidianas. Justamente por isso, a autonomia pessoal e o feminismo não podem ser superficialmente compreendidos como uma barreira para a construção dos comuns, das comunidades e dos movimentos sociais. As práticas de luta das mulheres têm se mostrado, na verdade, uma importante ferramenta para a sustentabilidade da vida e o aprofundamento de laços comunitários. No trecho abaixo, a historiadora italiana Silvia Federici exemplifica o que são os comuns:

“Também foram as mulheres que lideraram os esforços para

coletivizar o trabalho reprodutivo como ferramenta para diminuir os custos da reprodução e para se protegerem mutuamente da pobreza, da violência estatal e da violência exercida de maneira individual pelos homens. Um exemplo de destaque são as “ollas comunes” (cozinhas comuns) que as mulheres do Chile e do Peru construíram durante os anos 1980, quando, devido à forte inflação, já não se conseguia comprar alimentos de maneira individual (Fisher, 1985). Essas práticas constituem, do mesmo modo que os reflorestamentos coletivos e a ocupação de terras, a expressão de um mundo em que os laços comunitários ainda são poderosos.” (FEDERICI, 2014, p. 152)

Assim, coloca-se um questionamento necessário: por onde podemos pensar a autonomia das mulheres na relação com o debate dos comuns hoje? Falar em recuperar os comuns traz a ideia de abrir espaço para relações de comunidade (sem recuperar, evidentemente, relações de desigualdade e hierarquia). Diante da tendência liberal da ruptura individual, que parece atingir principalmente as mulheres mais abastadas, é um desafio para o feminismo formular como a autonomia pode ser constituída desde processos coletivos, a partir do conjunto de cada povo ou comunidade, em suas diferenças e semelhanças. Isso implica em deslocar a centralidade do feminismo apenas da “consciência feminista” de uma ou de outra, para então construir, além dela, uma consciência coletiva, que resulte em práticas políticas.

Existem mais exemplos na história de tentativas das mulheres nesse sentido, e retomá-los sempre pode nos ajudar. A socióloga norte-americana Johanna Brenner, em artigo publicado este ano, também se mostra angustiada ao olhar para as análises sobre a segunda onda do feminismo nos Estados Unidos, por “reconhecer que o momento revolucionário do movimento se trata de uma memória turva, enquanto que aspectos-chave do feminismo liberal foram incorporados à agenda da classe dominante” (BRENNER,

2019, s/p). No artigo, a autora recupera o papel de um feminismo mais conectado à agenda das mulheres trabalhadoras, que, apesar de ocultado pelos posteriores holofotes do feminismo liberal, foi responsável por amplas campanhas contra o que chamamos de precarização da vida. Esteve à frente do debate sobre o trabalho de cuidados, exigindo mais responsabilização do Estado e igualdade social para garantir a socialização desse trabalho. As reivindicações de direitos, sempre atreladas ao discurso de transformação social, formaram uma luta que envolveu o movimento negro e o sindicalismo como parte crucial do feminismo, e foram responsáveis por aprofundar a politização feminista nos espaços mistos e por formular conexões entre temas que pareciam ter tensões entre si.

Também a experiência da grande lutadora política Berta Cáceres, hondurenha assassinada em 2016, nos traz grande inspiração e aprendizagem para práticas feministas realmente transformadoras, que partem da realidade da vida das mulheres. Berta foi uma liderança anticapitalista, feminista, ambientalista. Sua atuação foi fundamental na luta do povo lenca, em Honduras, em defesa de seu território, uma pauta que integrava o horizonte de transformação geral à construção de formas igualitárias de organização da vida concreta. Dois elementos muito importantes foram postos nesse processo: primeiro, o reconhecimento do papel protagônico das mulheres; depois, o enfrentamento conjunto aos desafios, a partir da compreensão de que, em todas as dimensões da luta e da vida, o povo lenca deveria estar junto.

Construir o feminismo anticapitalista para derrotar o neoliberalismo

Esses são, portanto, alguns elementos do momento em que nos encontramos neste final de década. O neoliberalismo avança, aliado ao conservadorismo, sobre processos democráticos, a capacidade de

organização se vê limitada pela fragmentação e o mercado se empenha em tomar para si o feminismo em uma caricatura individualista. Apesar disso, nos processos de resistência política, é perceptível o papel das mulheres em alavancar lutas e convocar o conjunto amplo da esquerda a ocupar as ruas em nome da construção de outra sociedade.

Têm sido muito relevantes os acúmulos do feminismo negro nas Américas, que vem pautando as agendas a partir de uma perspectiva antirracista e decolonial. Sua atuação hoje tem forte expressão e se conecta com um processo de décadas de formulações e lutas do movimento negro. São exemplos disso as recentes traduções e reedições de livros-chave de Angela Davis e Patricia Hill Collins; a ampla difusão de reflexões do feminismo negro a partir de blogs e plataformas digitais; e a organização firme das mulheres negras nos movimentos populares. Não à toa, organizou-se a Marcha das Mulheres Negras, em 2015, com reivindicações em torno da concepção de bem viver, e o Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 2018, marcando uma história de 30 anos desde seu primeiro encontro.

O feminismo está demonstrando sua capacidade de incidir na sociedade através da conexão entre produção e reprodução, elementos falsamente dicotômicos, e da construção dos comuns a partir das lutas por moradia, território, soberania alimentar, cibersegurança, comunicação popular, educação etc.; a partir da organização de mulheres rurais e urbanas; a partir das formas de resistência das mulheres negras e indígenas. Isso significa que o feminismo não é um assunto à parte, uma especificidade. Seu debate é parte integrante da economia, da política, da cultura e do trabalho, elementos que organizam a sociedade. Ocupa posição transversal na alternativa que se pretende construir para a sociedade. A história do nosso feminismo é, portanto, parte da história do conjunto da classe trabalhadora contra a exploração, a opressão, a injustiça.

Diz respeito a não se deixar enganar pelas máscaras do capitalismo patriarcal e racista, que coloniza, desumaniza, rouba terras e vidas.

Por isso, é preciso encarar de frente as tentativas de cooptação do feminismo pelo mercado, que cria discursos contraditórios e produtos de marketing para reforçar marcas e acumular. Muitas vezes, se permite que prevaleça um discurso que não confronta, através da ideia de que tudo é diverso e plural, e de que não se pode defender o feminismo socialista, e sim aceitar que os “feminismos” são plurais, mesmo que entre esses sujeitos haja empresas transnacionais fazendo propagandas supostamente libertárias. O nosso feminismo deve ser antissistêmico, o que significa ser antipatriarcal, antirracista, anticapitalista, pela diversidade sexual. Isso significa, inclusive, construirmos nossas alianças com mais força, a partir de um projeto, com programa e propostas definidas. Se temos consciência de que o conflito capital-vida não se resolve no marco do modelo atual, é preciso construir o movimento feminista, suas ações e suas alianças a partir dessa visão. O feminismo não pode se limitar a ceder mais poder para alguns indivíduos ou setores restritos, uma estratégia que esvazia a luta política através do desvinculamento dos espaços e processos comuns. Sua força está no horizonte de liberdade das mulheres enquanto sujeitos históricos e sociais. Para atingirmos esta transformação ampla, os desafios são muitos, e envolvem o reconhecimento, pelas organizações de esquerda, dos acúmulos do feminismo em sua complexidade e dimensão estruturante, para que ele não seja banalizado, desqualificado como “identitário” ou escanteado como “específico”.

A incorporação de forma permanente da pauta feminista radical e libertária é uma questão chave para que se efetivem as mudanças que queremos, para percorrermos os caminhos da igualdade.

Referências bibliográficas

BRENNER, Johanna. “A promessa do feminismo socialista”. In: *Jacobin Brasil* (Online) Acesso em: 12 de novembro de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2MiZ7S2>

FALUDI, Susan. *Backlash: o contra ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FEDERICI, Silvia. “O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva”. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política*. São Paulo: SOF, 2014. pp. 145-158.

QUIROGA, Natalia; GAGO, Veronica. “Una mirada feminista de la economía urbana em la reinención de la ciudad”. In: CARRASCO, Cristina; DÍAZ, Carme (Orgs.). *Economía Feminista: desafios, propostas, alianzas*. Barcelona: Entrepueblos, 2017.

SOF. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. São Paulo: SOF, 2015.